26/12 27/12

Na quinta-feira 0,69%

Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 104.822 105.554

30/12

Salário mínimo

R\$ 1.100

R\$ 5,576 (-2,06%)

Na quinta -feira

Últimas cotações (em R\$) 5,663 26/dezembro 5,639

Euro Comercial, venda na quinta-feira

R\$ 6,314

Capital de giro Na quinta-feira

6,76%

CDB Prefixado 30 dias (ao ano)

9,15%

Inflação IPCA do IBGE (em %) Julho/2021 Agosto/2021

Setembro/202

CONJUNTURA

Salário mínimo sobe para R\$ 1.212

Pelo segundo ano consecutivo, piso nacional fica sem aumento real, uma vez que a correção de 10,18% em relação ao valor atualmente em vigor não deve superar a alta da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

» INGRID SOARES

salário mínimo será de R\$ 1.212 a partir de 1º de janeiro de 2022. O valor, que deverá ser estabelecido por medida provisória a ser publicada hoje no Diário Oficial da União, foi confirmado ontem pelo presidente Jair Bolsonaro durante a live semanal pela internet.

O novo piso salarial será R\$ 112 maior do que o que vigorou em 2021, de R\$ 1.100, numa alta de 10,18%. O valor será também mais elevado do que o previsto no Orçamento enviado ao Congresso em agosto, de R\$ 1.169. Porém, o salário mínimo deve ficar mais uma vez sem aumento real, pois a correção não deve superar a inflação ocorrida desde o último aumento. Neste ano, até novembro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que baliza os reajustes do salário mínimo, acumula alta de 10,96%.

O relatório do Orçamento de 2022, divulgado no último dia mia da Fundação Getulio Vargas 20 pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), previa um salário mínimo de R\$ 1.210, considerando correção de 10,04% em relação ao valor atual. Essa taxa correspondia à previsão para a alta do INPC constante da última atualização de parâmetros macroeconômicos feita pelo Ministério da Economia. A estimativa, porém, está abaixo das projeções do mercado.

A variação do INPC em 2021, no entanto, só será conhecida na segunda semana de janeiro, quando o IBGE divulgar os dados.

Poder aquisitivo

O secretário-geral da Associação Contas Abertas, Gil Castello Branco, explica que o poder aquisitivo dos brasileiros que recebem o salário mínimo continuará o mesmo, já que, pelo segundo ano consecutivo, não haverá aumento real.

Sob o ponto de vista das contas públicas, o salário mínimo é referencial para a correção de vários itens das despesas. De acordo com o Ministério da Economia, cada R\$ 1 de aumento no salário mínimo gera um incremento de R\$ 350 milhões ao ano nas



Aquilo que a inflação comeu ao longo de 2021 vai ser devolvido em forma de reajuste do salário mínimo. Aí é empate. Zero a zero. Ninguém fica mais rico e ninguém melhora tendo salário corrigido pela inflação, que é o cupim do dinheiro"

André Braz, economista do FGV/Ibre

despesas do governo, como na Previdência Social, por exemplo.

André Braz, economista do Instituto Brasileiro de Econo-(FGV/Ibre), aponta que na prática, o poder de compra da população continua baixo e mal dá acesso aos alimentos essenciais. "O que importa para as famílias que ganham salário mínimo é a inflação de alimentos e, nesse caso, a inflação geral desse ano está superior à dos alimentos. A de alimentação deve fechar em torno de 8% e a correção do piso está em torno de 10%", afirma. "Aquilo que a inflação comeu ao longo de 2021 vai ser devolvido em forma de reajuste do salário mínimo a partir de 2022. Aí é empate. Zero a zero. Ninguém fica mais rico e ninguém melhora nenhuma situação tendo salário corrigido pela inflação, que é o cupim do dinheiro. Ela vai comendo o dinheiro até que a cesta fica menor. Com o mesmo dinheiro, compra-se cada vez menos coisas", explica.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o custo da cesta básica, em janeiro de 2022, deve ficar em torno de R\$ 700 em São Paulo. Assim, o salário mínimo nacional de R\$ 1.212 terá poder de compra equivalente a 1,73 cesta básica, relação menor que a média observada de 2008 a 2020.



Bolsonaro barrou trecho da lei que visava acabar com a fila para receber o benefício

Auxílio Brasil: sanção com vetos

O presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou a lei que cria o Auxílio Brasil, programa que substituiu o Bolsa Família. O decreto foi publicado ontem no Diário Oficial da União (DOU). O presidente, porém, vetou o trecho que previa a inclusão automática no programa de todas as famílias elegíveis para receber o benefício. Na prática, o dispositivo rejeitado por Bolsonaro tinha como objetivo acabar com a fila de espera pelo benefício, atendendo, portanto, todas as famílias que cumprissem os re-

quisitos exigidos. "Isso (o veto) se deu porque a vinculação de atendimento de todos os elegíveis, de forma automática, altera a natureza da despesa do programa de transferência de renda do governo federal e acarreta, consequentemente, ampliação das despesas sem a devida previsão orçamentária",

afirma texto divulgado pelo Ministério da Cidadania. "O atendimento aos potenciais beneficiários do Programa, assim, dependerá das dotações orçamentárias disponíveis, com vistas a cumprir as regras de responsabilidade fiscal."

Fila

Analistas consideram que, para zerar a fila, seria necessário atender cerca de 17 milhões de famílias. Apesar do veto, o Ministério da Cidadania garantiu que a fila de espera do Auxílio Brasil será zerada em janeiro de 2022. De acordo com a pasta, mais 2,7 milhões de famílias receberão o pagamento social a partir do próximo dia 17, aumentando para 18 milhões o número de beneficiários. Na prática, no entanto, o veto pode afetar a ampliação do número de famílias atendidas.

Outro dispositivo vetado estabelecia metas para taxas de pobreza. Pelo texto aprovado pelo Congresso, a taxa geral de pobreza deveria ser reduzida em 2022, 2023 e 2024 em 12%, 11% e 10%, respectivamente. E a taxa de extrema pobreza, em 6%, 4% e 3%. O governo justificou o veto também alegando aumento de despesas, sem a devida estimativa do impacto orçamentário e a medida de

compensação correspondente. Na quarta-feira, o Ministério da Cidadania informou que o governo não pagará o adicional prometido aos beneficiários do Auxílio Brasil que, em novembro, receberam um valor menor do que R\$ 400. Segundo o ministério, "não há previsão orçamentária, na legislação em vigor, para o pagamento retroativo do benefício". (**IS**)

Melhora nas contas

» ISRAEL MEDEIROS

As contas do setor público consolidado tiveram superavit primário de R\$ 15 bilhões em novembro deste ano. É o melhor resultado para o mês desde 2013, quando o saldo positivo chegou a R\$ 29,8 bilhões. Já na comparação com o ano passado, quando houve deficit de R\$ 18,1 bilhões, a diferença foi de R\$ 33,1 bilhões.

Os números divulgados ontem pelo Banco Central levam em conta o governo federal, estados, municípios e empresas estatais, sem considerar os gastos com o pagamento de juros da dívida pública.

Este foi o quarto mês consecutivo de resultado positivo. Segundo o BC, os principais responsáveis pelo superavit de novembro foram os governos regionais (estados e municípios), com R\$ 11,7 bilhões. Os resultados positivos devem melhorar o caixa de municípios e estados, o que pode ser determinante em 2022, que é ano eleitoral.

Levando em conta os últimos 12 meses (até novembro), o setor público teve superavit de R\$ 12,8 bilhões, o que representa 0,15% do Produto Interno Bruto (PIB). Esta é a primeira vez desde 2014 que o resultado em 12 meses fica positivo.

Em novembro, segundo o BC, á dívida líquida do setor público (DLSP) chegou a R\$ 4,9 trilhões, o que corresponde a 57% do Produto Interno Bruto (PIB) — uma diminuição de 0,1 ponto percentual em relação a outubro. Em comparação com o mesmo período do ano passado, a relação dívida/PIB caiu 5,5 pontos percentuais. Em novembro, a dívida líquida foi a menor desde junho de 2020, quando correspondeu a 56,7% do PIB.

Já a dívida bruta do governo geral (DBGG) recuou para 81,1% do PIB. Em outubro estava em 82,3% do PIB e no fechamento de 2020, em 88,6%.

